

TRANSITIVIDADE VERBAL: COMPARAÇÃO ENTRE A PERSPECTIVA TRADICIONAL E A PERSPECTIVA FUNCIONAL

Raissa Gonçalves de Andrade Moreira

Universidade Federal da Paraíba

raissamoreira28@gmail.com

RESUMO: O ensino da sintaxe é um grande desafio para os professores que se preocupam em dar um sentido funcional ao estudo da gramática na sala de aula, uma vez que o ensino tende a restringir-se a questões metalinguísticas de definição e classificação das unidades da língua, levando preferencialmente o aluno a reconhecer a definição e a classificação. Eludidos pela abordagem reflexiva das gramáticas funcionalistas, o presente trabalho tem por objetivo comparar como a transitividade verbal é estudada, tanto na Gramática Tradicional (GT), quanto na Gramática Funcionalista (GF). O objetivo anteriormente elencado foi motivado pela nossa intenção de pensar a contribuição do estudo funcionalista sobre o ensino de gramática tradicional, tendo em vista que para os estudiosos do funcionalismo a transitividade é estudada a partir da cláusula e não somente centrada no verbo. Para tanto, nos fundamentaremos nas gramáticas de Cunha & Cintra (2001) e Ferreira (2007) – estas que são gramáticas tradicionais comumente adotadas nas escolas – e na gramática funcionalista de Azeredo (2001, 2008)¹ para analisar a transitividade verbal em um artigo de Gustavo Ioshpe – retirado da *Revista Veja*, e uma reportagem de teor político – retirado do *Jornal Tudo*. A proposta apresenta relevância para o desenvolvimento de professores e alunos quanto ao estudo gramatical, e uma análise em relação à transitividade verbal pode desencadear diversas outras análises que possam complementar o estudo da sintaxe.

PALAVRAS- CHAVE: Ensino. Sintaxe. Transitividade verbal.

INTRODUÇÃO

O ensino da sintaxe é um grande desafio para os professores que se preocupam em dar um sentido funcional ao estudo da gramática na sala de aula, uma vez que o ensino tende a restringir-se a questões metalinguísticas de definição e classificação das unidades da língua, levando preferencialmente o aluno a reconhecer a definição e a classificação. Dessa forma, seria possível encontrar uma classificação exata para todas as palavras, sem nenhuma controvérsia.

¹Para expandir o estudo gramatical, também iremos nos fundamentar nos preceitos de Bechara (2009) – um gramático tradicional, mas que apresenta reflexões inovadoras. Fizemos uso de seus apontamentos por ele ser um precursor de Azeredo.

Já na teoria Funcional, a língua é utilizada para atender em boa parte as necessidades do indivíduo em uma situação comunicacional, pois o estudo da língua de acordo com essa teoria passa a abarcar a situação comunicativa como o propósito do ato de fala, seus participantes e seu contexto discursivo.

Sendo assim, para atender a proposta de expansão dos conhecimentos sintáticos, podemos citar as gramáticas funcionalistas, que desenvolvem os apontamentos encontrados nas gramáticas normativas e, por vezes, ainda “criticam” a abordagem reducionista encontrada nessas gramáticas. Eludidos pela abordagem reflexiva das gramáticas funcionalistas, o presente trabalho tem por objetivo comparar como a transitividade verbal é abordada, tanto na Gramática Tradicional (GT), quanto na Gramática Funcionalista (GF).

O objetivo anteriormente elencado foi motivado pela nossa intenção de pensar a contribuição do estudo funcionalista sobre o ensino de gramática tradicional, tendo em vista que para os estudiosos do funcionalismo a transitividade é estudada a partir da cláusula e não somente centrada no verbo, –como fazem os estudiosos da tradição – ou seja, essa teoria mostra que a transitividade é um jeito de entender como o discurso pode ser organizado, a fim de tornar a mensagem mais compreensível para quem recebe a mensagem e de se entender a visão de mundo de quem profere.

Para tanto, nos fundamentaremos nas gramáticas de Cunha & Cintra (2001) e Ferreira (2007) – estas que são gramáticas tradicionais comumente adotadas nas escolas – e na gramática funcionalista de Azeredo (2001, 2008) ² para analisar a transitividade verbal em um artigo de Gustavo Ioshpe – retirado da Revista Veja (Edição 2339• 18 de setembro de 2013) – e, uma reportagem de teor político – retirado do Jornal Tudo.

A proposta apresenta relevância para o desenvolvimento de professores e alunos quanto ao estudo gramatical, e uma análise em relação à transitividade verbal pode desencadear diversas outras análises que possam complementar o estudo da sintaxe.

Para atender ao objetivo anteriormente proposto, exporemos como as gramáticas pedagógicas de Ferreira (2007) e Cunha & Cintra (2001) apresenta a transitividade verbal, para que, em seguida, apresentar a abordagem funcionalista da gramática de Azeredo (2010). Por fim, comentaremos em nossa conclusão o resultado dessa análise, bem como sua implicação ao estudo sintático da língua.

²Para expandir o estudo gramatical, também iremos nos fundamentar nos preceitos de Bechara (2009) – um gramático tradicional, mas que apresenta reflexões inovadoras. Fizemos uso de seus apontamentos por ele ser um precursor de Azeredo.

A TRANSITIVIDADE VERBAL: TRADICIONALISMO Vs FUNCIONALISMO

Visando enriquecer os nossos conhecimentos no tocante à perspectiva de cada autor referido sobre a transitividade verbal, inicialmente exporemos os apontamentos de Ferreira (2007) e de Cunha & Cintra (2001) para que em seguida possamos cotejar esses preceitos com as considerações de Bechara (2009) e Azeredo (2008).

Para Ferreira (2007), os verbos transitivos são aqueles que necessitam de complementação à direita, isto equivale dizer que a transitividade é caracterizada pela existência de um complemento direto e indireto que é afetado pela ação do verbo. Esses complementos são denominados *objetose* classificados em *diretos* – se o verbo não exige uma preposição – e *indiretos* – se o verbo exige uma preposição. Para facilitar a explanação, tomemos os exemplos abaixo (retirados do artigo de Ioshpe):

- “Sócrates, via Platão (*A República*, Livro IX), **defende** que o homem que pratica o mal é o mais infeliz e escravizado de todos (...).”

No exemplo 1, percebemos que o verbo destacado “defende” exige uma complementação (quem defende, defende alguma coisa), mas esse complemento não virá precedido por uma preposição, o que é classificado, na GT³, como verbo transitivo direto.

Como apresentamos anteriormente, Ferreira (2007) divide os objetos em apenas direto e indireto. Apesar de também serem gramáticos tradicionalistas, Cunha & Cintra (2001) desenvolvem essa classificação acrescentando o objeto direto preposicionado, e o objeto direto pleonástico. O primeiro é identificado quando o objeto direto exige a preposição “a”, como nos seguintes casos: **a)** com os verbos que exprimem sentimentos; **b)** para evitar ambiguidade; **c)** quando vem antecipado; ou **d)** quando expresso por pronome pessoal oblíquo. Já o objeto direto pleonástico tem sempre em sua constituição um pronome pessoal átono e acontece quando se deseja destacar o objeto direto que precede o verbo.

Apesar de ser considerado um gramático tradicional, Bechara (2009), na *Moderna Gramática Portuguesa*, principia a discussão acerca do complemento verbal preposicionado através da definição de complemento relativo, signo léxico que aparece quando existe um predicado complexo. Em outras palavras, um predicado constituído por um verbo que possui conteúdo léxico

³A GF também classifica o verbo “defender” como sendo Transitivo Direto.

de grande extensão semântica– algo que exige a presença de outro signo léxico para delimitar e especificar a experiência comunicada.

Sendo assim, o gramático observa a mesma situação de aparecimento do complemento verbal direto (objeto direto), salientando que a única diferença é de que o complemento relativo virá introduzido por preposição. Bechara (2009) compreende como complemento relativo “os argumentos dos verbos ditos locativos, situacionais e direcionais, o que permite sua comutação com advérbios de equivalência semântica” (BECHARA, p. 419, 2009). A partir desse apontamento, percebemos como a proposta do autor é inovadora, e já direciona para uma perspectiva de reflexão sobre os conteúdos gramaticais.

Aludido pelas considerações inovadoras de Bechara, Azeredo (2001) acredita que a classificação da maioria das GTs– quanto à transitividade – é simplista, uma vez que classifica os verbos apenas em direto e indireto. Tendo isso, o autor critica que alguns gramáticos consideram a preposição como um indicador do caráter indireto entre o verbo e o complemento. Ele também critica a simplicidade da GT ao apontar a relação entre sujeito e objeto, respectivamente sendo, agente e paciente, algo que o gramático considera muito categórico.

Contraopondo-se a simplicidade da GT, Azeredo (2008) assinala que os verbos transitivos são verbos de predicação incompleta, mas o autor mostra que essa predicação é bem mais complexa, tendo em vista que existem diversas espécies de termos adjacentes ou complementares.

Em sua classificação, o gramático divide os verbos transitivos em duas subclasses: os que vêm seguidos de um termo adjacente (transitivo objetivo) e os que vêm seguidos de dois termos adjacentes (transitivo biobjetivo). Os transitivos objetivos são subdivididos em três tipos: transitivos diretos, indiretos e relativos. A inovação de Azeredo (2008) ocorre na classificação dos Verbos Transitivos Relativos (VTR) estes que são seguidos de Complemento Relativo (CR). Para melhor compreender a noção de VTR, bem como a de CR, tomemos como exemplo:

- “A oposição ao governo federal não se **cansa** de bradar (...).”

No exemplo acima, percebemos que o termo em negrito exige um complemento preposicionado, mas este não pode ser substituído pelo pronome clítico “lhe”, e por isso pode ser classificado como um VTR.

Como mencionamos, os transitivos biobjetivos são subdivididos em cinco subtipos: transitivos diretos e indiretos, diretos e relativos, diretos e predicativos, relativos e predicativos e

birrelativos. Para comentar as contribuições inovadoras da gramática de Azeredo (2008), temos, a *priori*, os verbos Transitivos Diretos Relativos (TDR) seguidos de OB + CR. Observemos o exemplo:

- “Dilma **confunde** Belo Horizonte com Porto Alegre.”

No exemplo acima, o verbo exige dupla complementação: uma que se associa ao verbo diretamente (Belo Horizonte), e outra que associa ao verbo com o auxílio de preposição (com Porto Alegre).

Continuando a análise da gramática de Azeredo (2008), nos deparamos com outra classificação que não aparece na GT, a dos Transitivos Relativos e Predicativos (TRP), seguidos de CR e Complementos Predicativos (CP). Para exemplificação temos:

- “Agora, lá no Rio Grande do Sul, as pessoas não **gostam** de mineiros.”

A partir do exemplo, percebemos que seu primeiro complemento vem regido de preposição, o que se difere dos Transitivos Diretos Predicativos (TDP) encontrados na GT. Daí podemos identificar o complemento relativo precedendo um predicativo “mineiros”.

Os Transitivos Birrelativos (TRR) são aqueles seguidos de um CR + CR. Exemplificando, temos:

- “**Passou** de mineira à gaúcha”.

No exemplo acima, o verbo destacado exige dupla complementação (quem passa, passa de uma coisa à/para outra) e ambos são regidos de preposição.

Após apresentarmos as concepções de Azeredo (2001) em relação à transitividade verbal, podemos constatar a semelhança entre a classificação feita por esse gramático com Bechara (2009), visto que os dois consideram a existência do complemento relativo – expandindo as considerações da GT. Mas apesar desse aprofundamento teórico, Bechara (2009) apresenta as mesmas concepções das GTs – anteriormente mencionadas – acerca da transitividade, e por isso o consideramos um gramático tradicionalista precursor para as concepções funcionalistas.

A fim de fazer uma síntese do que foi abordado, temos que Bechara (2009), Cunha & Cintra (2001) e Ferreira (2007), consideram como intransitivos aqueles verbos cuja ação pode ser

integralmente contida na forma verbal, ao passo que os transitivos são aqueles cuja ação vai além do verbo e é transmitida a outros elementos – os complementos verbais. Após termos explanado os aspectos que diferem a gramática de Azeredo (2008) da GT – em relação aos Verbos Transitivos (VTs) –, observamos que o gramático não se opõe a classificação tradicional dos Verbos Intransitivos (VIs), uma vez que entende que os VI são aqueles em que não há uma transferência de ação para um objeto, ou seja, é aquele que não necessita de complemento, pois seu sentido está completo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as diferentes abordagens gramaticais – quanto à transitividade – podemos constatar as disparidades entre as classificações dessas gramáticas. Enquanto as GTs são genéricas e subdividem os verbos em apenas transitivos diretos, transitivos indiretos e intransitivos, as GFs aprofundam essa categorização, apontando que ainda existem outras possíveis classificações verbais, como já comentamos anteriormente. Essas classificações são decorrentes da reflexão dos gramáticos funcionalistas acerca da sintaxe, atentando para a necessidade de se expandir e criticar os preceitos gramaticais tradicionais.

Verificamos que na perspectiva tradicional a transitividade verbal é vista apenas como um processo sintático, não há uma exploração contextualizada, diferentemente da perspectiva funcionalista em que a transitividade do verbo deverá levar em conta o contexto.

Outro ponto para se destacar de inovador é que o funcionalismo linguístico se preocupa com o estudo da utilização da língua em situação comunicativa, dando prioridade ao pragmático, em que estão conectados os componentes sintático e semântico. Sendo assim, esses dois componentes A relação desses componentes é uma das características de qualquer abordagem funcionalista.

Dessa forma, compreendemos que por mais importante que sejam as regras na atividade gramatical, não podemos estar bitolados em concebê-las como estáticas. Se assim o fizermos, nossos alunos sempre buscarão classificações exatas, algo que jogamos não existir. Ao invés disso, é fundamental apresentarmos essa “mobilidade” teórica, e fazê-los entender que a sintaxe – como outras áreas gramaticais – é um campo que está sujeito a modificações.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, J. C. de. *Iniciação à sintaxe do português*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Coleção Letras.

_____. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna. 2001.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª ed. 2001.

FERREIRA, Mauro. *Aprender e Praticar Gramática. Ed. Renovada*. São Paulo: FDT, 2007.

Jornal Tudo BH. Disponível em: <<http://www.jornaltudobh.com.br/politica/dilma-confunde-bh-com-porto-alegre/>> Acesso em: 18/09/2016.

Revista Veja. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/gustavo-ioschpe-devo-educar-meus-filhos-para-serem-eticos>> Acesso em: 18/09/2016.

ANEXO

ANEXO I

Educação

Gustavo Ioschpe: devo educar meus filhos para serem éticos?

Quando eu tinha uns 8 ou 9 anos, saía de casa para a escola numa manhã fria do inverno gaúcho. Chegando à portaria, meu pai interfonou, perguntando se eu estava levando um agasalho. Disse que sim. Ele me perguntou qual. “O moletom amarelo, da Zugos”, respondi. Era mentira. Não estava levando agasalho nenhum, mas estava com pressa, não queria me atrasar.

Voltei do colégio e fui ao armário procurar o tal moletom. Não estava lá, nem em nenhum lugar da casa. Gelei. À noite, meu pai chegou em casa de cara amarrada. Ao me ver, tirou da pasta de trabalho o moletom. E me disse: “Eu não me importo que tu não te agasalhes. Mas, nesta casa, nesta família, ninguém mente. Ponto. Tá claro?”. Sim, claríssimo. Esse foi apenas um episódio mais memorável de algo que foi o *leitmotiv* da minha formação familiar. Meu pai era um obcecado por retidão, palavra, ética, pontualidade, honestidade, código de conduta, escala de valores, menschkeit (firmeza de caráter, decência fundamental, em iídiche) e outros termos que eram repetitiva e exaustivamente martelados na minha cabeça. Deu certo. Quer dizer, não sei. No Brasil atual, eu me sinto deslocado.

Até hoje chego pontualmente aos meus compromissos, e na maioria das vezes fico esperando por interlocutores que se atrasam e nem se desculpam (quinze minutos parece constituir uma “margem de erro” tolerável). Até hoje acredito quando um prestador de serviço promete entregar o trabalho em uma data, apenas para ficar exasperado pelo seu atraso, “veja bem”, “imprevistos acontecem” etc. Fico revoltado sempre que pego um táxi em cidade que não conheço e o motorista tenta me roubar. Detesto os colegas de trabalho que fazem corpo mole, que arranjam um jeitinho de fazer menos que o devido. Tenho cada vez menos visitado escolas públicas, porque não suporto mais ver professores e diretores tratando alunos como estorvos que devem ser controlados. Isso sem falar nas quase úlceras que me surgem ao ler o noticiário e saber que entre os governantes viceja um grupo de imorais que roubam com criatividade e desfaçatez.

Sócrates, via Platão (*A República*, Livro IX), defende que o homem que pratica o mal é o mais infeliz e escravizado de todos, pois está em conflito interno, em desarmonia consigo mesmo, perenemente acossado e paralisado por medos, remorsos e apetites incontroláveis, tendo uma existência desprezível, para sempre amarrado a alguém (sua própria consciência!) onisciente que o condena. Com o devido respeito ao filósofo de Atenas, nesse caso acredito que ele foi excessivamente otimista. Hannah Arendt me parece ter chegado mais perto da compreensão da perversidade humana ao notar, nos ensaios reunidos no livro *Responsabilidade e Julgamento*, que esse desconforto interior do “pecador” pressupõe um diálogo interno, de cada pessoa com a sua consciência, que na verdade não ocorre com a frequência desejada por Sócrates. Escreve ela: “Tenho certeza de que os maiores males que conhecemos não se devem àquele que tem de confrontar-se consigo mesmo de novo, e cuja maldição é não poder esquecer. Os maiores malfeitores são aqueles que não se lembram porque nunca pensaram na questão”. E, para aqueles que cometem o mal em uma escala menor e o confrontam, Arendt relembra Kant, que sabia que “o desprezo por si próprio, ou melhor, o medo de ter de desprezar a si próprio, muitas vezes não funcionava, e a sua explicação era que o homem pode mentir para si mesmo”. Todo corrupto ou sonegador tem uma explicação, uma lógica para os seus atos, algo que justifique o porquê de uma determinada lei dever se aplicar a todos, sempre, mas não a ele(a), ou pelo menos não naquele momento em que está cometendo o seu delito.

Cai por terra, assim, um dos poucos consolos das pessoas honestas: “Ah, mas pelo menos eu durmo tranquilo”. Os escroques também! Se eles tivessem dramas de consciência, se travassem um diálogo verdadeiro consigo e seu travesseiro, ou não teriam optado por sua “carreira” ou já teriam se suicidado. Esse diálogo consigo mesmo é fruto do que Freud chamou de superego: seguimos um comportamento moral porque ele nos foi inculcado por nossos pais, e renegá-lo seria correr o risco da perda do amor paterno.

Na minha visão, só existem, assim, dois cenários em que é objetivamente melhor ser ético do que não. O primeiro é se você é uma pessoa religiosa e acredita que os pecados deste mundo serão punidos no próximo. Não é o meu caso. O segundo é se você vive em uma sociedade ética em que os desvios de comportamento são punidos pela coletividade, quer na forma de sanções penais, quer na forma do ostracismo social. O que não é o caso do Brasil. Não se sabe se De Gaulle disse ou não a frase, mas ela é verdadeira: o Brasil não é um país sério.

Assim é que, criando filhos brasileiros morando no Brasil, estou às voltas com um deprimente dilema. Acredito que o papel de um pai é preparar o seu filho para a vida. Essa é a nossa responsabilidade: dar a nossos filhos os instrumentos para que naveguem, com segurança e destreza, pelas dificuldades do mundo real. E acredito que a ética e a honestidade são valores axiomáticos, inquestionáveis. Eis aí o dilema: será que o melhor que poderia fazer para preparar meus filhos para viver no Brasil seria não aprisioná-los na cela da consciência, do diálogo consigo mesmos, da preocupação com a integridade? Tenho certeza de que nunca chegaria a ponto de incentivá-los a serem escroques, mas poderia, como pai, simplesmente ser mais omisso quanto a essas questões. Tolerar algumas mentiras, não me importar com atrasos, não insistir para que não colem na escola, não instruir para que devolvam o troco recebido a mais...

Tenho pensado bastante sobre isso ultimamente. Simplesmente o fato de pensar a respeito, e de viver em um país em que existe um dilema entre o ensino da ética e o bom exercício da paternidade, já é causa para tristeza. Em última análise, decidi dar a meus filhos a mesma educação que recebi de meu pai. Não porque ache que eles serão mais felizes assim - pelo contrário -, nem porque acredite que, no fim, o bem compensa. Mas sim porque, em primeiro lugar, não conseguiria conviver comigo mesmo, e com a memória de meu pai, se criasse meus filhos para serem pessoas do tipo que ele me ensinou a desprezar. E, segundo, tentando um esboço de resposta mais lógica, porque sociedades e culturas mudam. Muitos dos países hoje desenvolvidos e honestos eram antros de corrupção e sordidez 100 anos atrás. Um dia o Brasil há de seguir o mesmo caminho, e aí a retidão que espero inculcar em meus filhos (e meus filhos em seus filhos) há de ser uma vantagem, e não um fardo. Oxalá.

Jornal Tudo BH. Disponível em: <<http://www.jornaltudobh.com.br/politica/dilma-confunde-bh-com-porto-alegre/>>
Acesso em: 18/09/2013.

ANEXO II

Política

Dilma confunde BH com Porto Alegre

Em discurso na capital mineira, sua cidade natal, presidenta comete a gafe

27 de agosto de 2013 | 18h 12 - Autor(a) Denise Motta

A oposição ao governo federal não se cansa de bradar aos quatro ventos que Dilma Rousseff perdeu toda sua mineiridade. Após lutar contra a Ditadura Militar, ela mudou-se para Porto Alegre, onde casou-se e constituiu família. Também foi na capital do Rio Grande do Sul que Dilma iniciou sua trajetória política no Poder Executivo.

Nesta terça (27), com intensa agenda na terra do aversário político Aécio Neves, senador por Minas e presidente nacional do PSDB, Dilma cometeu uma gafe. Durante seu discurso, ela chamou o prefeito de Belo Horizonte Marcio Lacerda, do PSB, de prefeito de Porto Alegre.

Ao cumprimentar as autoridades presentes na formatura de alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Dilma trocou a capital mineira, onde nasceu, pela gaúcha, onde fez carreira.

"Queria cumprimentar nosso prefeito de Porto Alegre, Marcio Lacerda", disse, para visível embaraço do chefe do Executivo de Belo Horizonte, filiado ao PSB. Nos mais de 24 minutos do discurso, a presidente não corrigiu o deslize e apenas ao terminar sua fala deu um abraço no socialista.

Lacerda já foi classificado por Dilma como "melhor prefeito" do País, em discurso da presidente em 2012 ao lado do socialista e do governador de Minas, Antonio Anastasia (PSDB). No entanto, as relações do prefeito com o governo federal foram abaladas pouco depois do evento, durante as eleições municipais, quando o socialista rompeu com o PT

para se eleger com apoio de Aécio, provável candidato tucano à Presidência em 2014 e principal padrinho político de Lacerda.

CCBB

A "mineiridade" da presidente Dilma Rousseff, nascida em Belo Horizonte, foi motivo de alfinetada da petista em opositores do governo no Estado, principalmente o senador Aécio Neves (PSDB-MG), principal crítico das declarações da presidente que remetem a sua origem em Minas. "Aqui em Minas Gerais há algumas pessoas que dizem que eu não sou mineira", observou, em clara referência ao tucano, em discurso na inauguração do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) na capital.

Acho interessante falar em 'nós mineiros', porque a ditadura me tirou de Minas Gerais. E aí eu fui acolhida no Rio Grande do Sul. Agora, lá no Rio Grande do Sul, também as pessoas que não gostam de mim dizem que não sou gaúcha. Que não sou gaúcha acho que fica um pouco óbvio porque ninguém fala 'ocê' no Rio Grande do Sul nem fala 'uai'", comentou a presidente.

"Mas também eu já misturei um pouco porque eu falo 'barbaridade'. Eu sou essa mistura e essa mistura tem um ponto de partida que é essa Praça da Liberdade. Em todos os sentidos. Acho que aqui Minas Gerais nós soubemos sempre o valor dessa palavra", completou a presidente, pouco depois de dar um passeio a pé pela praça onde está situado o CCBB. Em nenhum momento, porém, a presidente citou Aécio, que criou o circuito cultural na praça e cuja lembrança ficou por conta de seu sucessor no governo mineiro, o também tucano Antonio Anastasia.

Revista Veja. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/gustavo-ioschpe-devo-educar-meus-filhos-para-serem-eticos>> Acesso em: 18/09/2013.